

Pessoa em situação de rua e a construção na sociedade capitalista: as expressões da questão social no contexto da sociedade brasileira

Angélica Aparecida Freitas Cardoso Reis¹; 0009-0002-9186-6717
Ailton da Silva Carvalho¹; 0000-0002-8274-0795

1 - UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
ailton.carvalho@foa.org.br

Resumo: a situação de rua é uma expressão extrema das desigualdades sociais e que a solução para essa questão requer um esforço coletivo e contínuo, envolvendo tanto o poder público quanto a sociedade civil. Políticas eficazes de inclusão e a luta contra as desigualdades estruturais são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos possam viver com dignidade e segurança. O objetivo do presente artigo é estudar as questões das pessoas em situação de rua no contexto da sociedade capitalista brasileira, considerando as interações complexas entre fatores econômicos, políticos e sociais. A pesquisa é de caráter bibliográfico, a partir de fontes pesquisadas como teses, dissertações, livros, artigos, com busca na base de dados na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que tratam do assunto e análise das principais Leis, Normativas e Portarias que versam sobre o tema. A interação dos fatores econômicos, políticos e sociais, em torno das questões das pessoas em situação de rua cria desafios significativos para a melhoria das condições de vida dessas pessoas e exige abordagens integradas e eficazes para a promoção da justiça social e da inclusão. Sendo, portanto, essencial compreender esses aspectos para o desenvolvimento de políticas e práticas que possam realmente fazer a diferença na vida das pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Desigualdades. Assistência Social.

INTRODUÇÃO

A existência da População em Situação de Rua (PSR) tem uma história antiga, relacionada às transformações sócias econômicas e políticas que afetam as grandes capitais mundiais (AGUIAR; IRIART, 2012). Refletir sobre o cuidado à saúde da PSR exige uma análise desses sujeitos para além de suas condições de “moradores de rua”, numa tentativa de proximidade que projete um olhar para as demais dimensões que constituem sua trajetória de vida.

A constatação de Costa (2007) é que a situação de rua ganhou visibilidade à medida que crescia, tornando-se algo cada vez mais presente no cotidiano das cidades e, junto com ela, nos novos discursos, técnicas e entidades que refletem sua presença. E, assim, a questão dos sem-abrigo e da situação de rua tem se tornado cada vez mais visível e discutida nas últimas décadas, refletindo uma maior conscientização sobre as condições de vida desses grupos vulneráveis.

A superpopulação no mundo e no Brasil associada às mudanças provocadas pelo capitalismo, redução dos empregos, cidadãos aptos para o trabalho, mas não absorvido pelo mercado, pauperismo, oferta de trabalho em condições precárias e informais favoreceram para a expansão da população em situação de rua (ALT, 2016).

Neste contexto, a Assistência Social dentro dos cotidianos das cidades, objetiva oferecer apoio a este grupo em vulnerabilidade, incluindo, nesta, o profissional assistente social com um trabalho essencial na promoção e garantia dos direitos humanos e na implementação de políticas sociais. Assim, esses profissionais “prestam assessoria e supervisão, contribuem para a formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, realiza pesquisas e orientações socioeconômicas, principalmente a partir da socialização de indivíduos, grupos e famílias de classe baixa” (SOARES, 2017, p.16).

A motivação dessa temática surgiu, ao andar pelas ruas da cidade e deparar-me, com pessoas dormindo nas calçadas embaixo de marquises, expostas ao frio, sede, fome e todos os tipos de violências. No intuito de demonstrar a relevância que a temática possui, busca-se, ao longo do

desenvolvimento do trabalho, compreender mais a fundo alguns dos principais fatores que podem ocasionar a ida de indivíduos para a rua. Abordando diversos fatores, no entanto, com ênfase ao desemprego, a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social.

O objetivo do presente artigo é estudar as questões das pessoas em situação de rua no contexto da sociedade capitalista brasileira, considerando as interações complexas entre fatores econômicos, políticos e sociais.

MÉTODOS

A pesquisa é de caráter bibliográfico, a partir de fontes pesquisadas como teses, dissertações, livros, artigos, com busca na base de dados na SciELO, que tratam do assunto e análise das principais Leis, Normativas e Portarias que versam sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento das desigualdades sociais na sociedade capitalista é um fenômeno cada vez mais evidente, manifestando-se de maneira alarmante na situação dos moradores de rua e na extrema vulnerabilidade social a que estão sujeitos. Esses indivíduos frequentemente são alvos de atos de violência que refletem a barbárie presente na sociedade brasileira atual (CAVALCANTE; SILVA, 2011).

A Revolução Industrial, ocorrida entre 1760 e 1840, marcou uma transformação radical nas estruturas econômicas e sociais das sociedades europeias, especialmente na Inglaterra. Este período foi caracterizado pela transição de uma economia agrária e artesanal para uma economia dominada pela indústria e manufatura. Tal mudança trouxe consigo inúmeros impactos sociais, entre eles o surgimento e a crescente visibilidade dos moradores de rua (BASTOS, 2017).

Durante esse período, camponeses e pequenos produtores foram forçados a deixar suas terras ancestrais e se adaptar ao novo sistema econômico

emergente: o capitalismo. Esse sistema, baseado na produção de bens e serviços para troca lucrativa, transformou até mesmo a capacidade de trabalho humano em mercadoria, sujeita às exigências do mercado e à maximização do lucro (WOOD, 2014).

O capitalismo trouxe um desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas e um aumento notável da produtividade do trabalho, mas também gerou profundas desigualdades. A maior parte do trabalho passou a ser realizada por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência.

Essa dinâmica resultou na produção de riqueza para poucos e na geração de miséria para muitos, conforme observado por Marx: “acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital” (MARX, 1994, p. 748-49).

A privatização da terra e o conseqüente pagamento por seu uso impactaram severamente aqueles sem renda suficiente, forçando muitos a viver nas ruas. Sem acesso aos meios de produção, esses indivíduos foram obrigados a aceitar salários irrisórios para sobreviver, uma situação descrita por Marx como uma expropriação violenta inscrita na história da humanidade (MARX, 2014).

A exclusão social e a competição acirrada no mercado de trabalho fragilizam os vínculos laborais e resultam em condições de trabalho precárias e informais. A estigmatização dos trabalhadores e o desemprego são fatores que exacerbam a vulnerabilidade dessa população (AGUIAR; IRIART, 2012). A falta de acesso à moradia adequada, emprego, e serviços básicos de saúde e educação perpetua a situação de rua.

A violência é uma manifestação direta da desigualdade social. A falta de oportunidades e a exclusão social aumentam a criminalidade e a violência urbana, impactando desproporcionalmente os mais vulneráveis, como os moradores de rua.

Para combater essa situação, é crucial que o poder público implemente políticas inclusivas, como a criação de abrigos, programas de reinserção social

e profissional, e investimentos em educação e geração de emprego. Além disso, é essencial enfrentar as desigualdades estruturais do capitalismo, buscando uma redistribuição mais justa da riqueza e garantindo acesso a direitos básicos para todos os cidadãos. Somente com essas medidas será possível superar a barbárie e construir uma sociedade mais igualitária e justa.

Segundo Souza (2006 p. 45), “o conceito de políticas públicas é discutido em todas as áreas do conhecimento, no entanto é no âmbito da Ciência Política que este conceito ganha um grande destaque nas discussões teóricas”.

Vivemos em uma sociedade onde a cada dia que passa o ser humano fecha os olhos para seus semelhantes invisíveis, considerando qualquer participação desempenhada no mundo. Porém, a invisibilidade social é sofrida a todo o momento por moradores de rua que não ocupam um lugar na sociedade.

Para Sicaril e Zanella (2018) “o conceito de invisibilidade social tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade”.

Essa exclusão constantemente é causada por correrias cotidianas com raízes nos aspectos econômicos e sociais, todavia, a continuidade de sua existência não pode ser considerada normal, devendo ser contrariada com a reeducação social garantindo que as pessoas em determinados empregos ou que tenham características físicas particulares sejam tratadas com respeito e dignidade. Neste ponto, este é um grupo que sofre perdas consecutivas iniciando pela quebra de vínculo familiar, trabalho, casa e valorização da subjetividade pessoal, como afirma Barbosa e Gomes (2019, p.133):

São diversos fatores que levam essas pessoas às ruas. Na maioria das vezes em um contexto tão hostil, alguns autores afirmam que empasses com a família podem ser uma das causas, sejam às vezes por drogas, ou até mesmo doenças mentais, que levam esses indivíduos a morarem nesses ambientes. O fator do desemprego também é um causador das idas às ruas, pois, diversas vezes, pessoas perdem seus empregos e por se sentirem inúteis, não desejam voltar para suas casas e mostrar seu fracasso, e acabam ficando nas ruas por pequenos períodos de tempo e conseqüentemente adquirindo hábitos como o uso de álcool e outras drogas.

A invisibilidade social tornou-se uma grande parte da sociedade hoje, com raízes nos aspectos econômicos e sociais da vida. A continuidade da sua existência não pode ser considerada normal, devendo ser contrariada com a reeducação social, garantindo que as pessoas em determinados empregos ou que tenham características físicas particulares sejam tratadas com respeito e dignidade.

CONCLUSÕES

Uma cultura discriminatória e excludente na sociedade capitalista contemporânea resulta no surgimento do fenômeno pessoa em situação de rua, como uma expressão da questão social. Assim, vivencia-se um crescimento em massa dessa realidade no Brasil e no mundo, reflexo de um marco histórico do desenvolvimento social e estruturação do capitalismo como modo desencadeador de desigualdades sociais, onde uma de suas expressões é a situação dos moradores de rua.

Uma parte da sociedade que por algum motivo, encontrou na rua um meio temporário de solução para seus problemas, que podem ser de ordem financeira, afetiva, patológica, dependência química, álcool, entre outros, mas acabou fazendo desse espaço um lar definitivo, por falta de oportunidades, por discriminação e/ou mesmo, por se tornaram invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público, tendo exposta sua vulnerabilidade. Porém, como sujeitos de direitos, as pessoas em situação de rua têm garantido por lei a assistência à saúde, a moradia, ao trabalho, ao respeito, a dignidade, dentre tantos outros, direitos fundamentais, sociais e humanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.115-24, 2012.

ALT, B. S. **População em situação de rua:** interferências do olhar da sociedade na forma como esse grupo enfrenta o mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado). 90.f. UCPEL, Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2017.

BARBOSA, A. D; GOMES, Í. L. S. Não tinha teto, não tinha nada: um estudo sobre invisibilidade social com moradores em situação de rua da cidade de Alagoinhas-BA. **Revista Tempo Amazônico**, v.6, n.2, p.131-53, jul-dez. 2019.

BASTOS, D.S. **Manifestos industrialistas:** a hegemonia do sistema fabril sob a ótica liberal durante da Revolução Industrial. Dissertação. 187.p. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

CAVALCANTE, Z. V; SILVA, M. L. S. **A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia.** Anais Eletrônico VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Centro Universitário de Maringá Editora CESUMAR Maringá, Paraná de 25 a 28 de outubro de 2011.

COSTA, D. **A rua em movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da economia política: livro 1. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SICARIL, A. A; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n.38, n.4, p. 662-79, out-dez.2018.

SOARES, B. L. K. **População de rua e a carência de políticas públicas específicas no município de Rio das Ostras.** TCC (Serviço Social). 78.p. 2017. Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras. Rio das Ostras, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul-dez. 2006.

WOOD, E.M. **O império capital.** São Paulo: Bomtempo Editorial, 2014.